

CONFERÊNCIA ANUAL DA COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ

PALAVRAS DE ABERTURA

Bom dia a todos.

Começo por agradecer a presença de todos, e, em especial de Sua Eminência o Sr Cardeal Patriarca. Honra-nos com a sua presença, além do mais porque sabemos como é preenchida a sua agenda. E agradeço também, de modo especial, aos nossos oradores convidados e ao Centro Cultural Franciscano, que generosamente nos acolhe.

A Comissão Nacional Justiça e Paz escolheu as questões das migrações e do diálogo de culturas na Europa como temática desta sua Conferência Anual.

A Europa e Portugal conheceram recentemente um invulgar afluxo de refugiados e somos confrontados com a questão do seu acolhimento. As migrações são um fenómeno que há de marcar o futuro da Europa e de outros continentes e que está longe de ser passageiro. Podemos dizer que é incontornável. Ou, mais profundamente, podemos dizer que é um *signal dos tempos*, como o sentido que é dado a esta expressão no ensinamento da Igreja, em especial no que brota do concílio Vaticano II. Na raiz deste fenómeno das migrações, estão as desigualdades de oportunidades nos vários pontos do mundo. Os progressos das comunicações tornam mais visíveis essas desigualdades e mais fáceis as deslocações. A crise demográfica na Europa torna, cada vez mais, imprescindível o recurso a trabalhadores migrantes (embora esse recurso não resolva o problema, apenas o atenua).

Esta temática é das mais presentes na mensagem do Papa Francisco, com os seus apelos ao acolhimento fraterno de refugiados e imigrantes. Gestos emblemáticos, como os das suas visitas a Lampedusa ou a Lesbos, ou o de lavar os pés de refugiados, permanecem na memória de todos. Mas convém também salientar como essa mensagem aponta num sentido que vai contra uma corrente, que parece cada vez mais forte, de hostilidade ao estrangeiro (em favor de um nacionalismo que se afirma não pela positiva, mas pela negativa, um nacionalismo de exclusão).

Ontem mesmo, foi publicada a mensagem do Papa para o Dia Mundial da Paz de 2018, precisamente sobre esta temática. Aí se afirma, a respeito das migrações e nessa linha “contra a corrente” : «Alguns consideram-nas uma ameaça. Eu, pelo contrário, convido-vos a vê-las com um olhar repleto de confiança, como uma oportunidade para criar um futuro de paz».

O que move o Papa Francisco nessa sua solicitude é, acima de tudo, a fidelidade ao Evangelho: “Eu era forasteiro e vós recebestes-me”- diz Jesus no Evangelho (Mt 25, 35). Já no Antigo Testamento podemos ler: «O estrangeiro que reside convosco será tratado como um dos vossos compatriotas e amá-lo-ás como a ti mesmo, porque foste estrangeiro na terra do Egito.» (Lv 19, 34).

Em várias ocasiões, Francisco propôs os verbos *acolher*, *proteger*, *promover* e *integrar* como as linhas-força da resposta comum por parte dos países de destino.

Uma dessas ocasiões foi a do seu discurso aos participantes no *Forum Internacional sobre Migrações e Paz*, de 21 de fevereiro passado. Um discurso em que são constantes as referências ao magistério dos seus antecessores, como sinal da continuidade em relação a esse magistério. Aí afirmou que esses quatro verbos (*acolher, proteger, promover e integrar*) representam um dever de *justiça*, de *civilização* e de *solidariedade*. Um dever de *justiça* decorrente de desigualdades económicas contrárias ao princípio do destino universal dos bens da Terra. Um dever de *civilização* como «aplicação daqueles princípios e valores de acolhimento e fraternidade que constituem um património comum de humanidade e sabedoria (...) historicamente codificados na Declaração Universal dos Direitos do Homem». Um dever de solidariedade que nasce da «capacidade de compreender as necessidades do irmão e da irmã em dificuldade, e de as assumir», onde se «funda o valor sagrado da hospitalidade, presente nas tradições religiosas». Para os cristãos, «a hospitalidade concedida ao forasteiro necessitado de amparo é oferecida ao próprio Jesus Cristo, que se identificou com o estrangeiro: “Eu era forasteiro e vós recebestes-me” (Mt 25, 35)».

No seu discurso aos responsáveis pelas migrações das Conferências Episcopais Europeias (de 22 de setembro passado), o Papa afirmou a sua «preocupação diante dos sinais de intolerância, discriminação e xenofobia que se verificam em diversas regiões da Europa», «(...) com frequência motivadas pela desconfiança e pelo receio em relação ao outro, ao diverso, ao estrangeiro». E a sua ainda maior preocupação pelo facto de que «as nossas comunidades católicas na Europa não estão isentas destas reações de defesa e rejeição, justificadas por um não bem especificado “dever moral” de conservar a identidade cultural e religiosa originária».

Sobre esse suposto perigo de perda de identidade, diz o Papa nesse discurso : «A Igreja difundiu-se em todos os continentes graças à “migração” de missionários que estavam convictos da universalidade da mensagem de salvação de Jesus Cristo, destinada aos homens e às mulheres de todas as culturas. Na história da Igreja não faltaram tentações de exclusivismo e fechamento cultural, mas o Espírito Santo ajudou-nos sempre a superá-las, garantindo uma abertura constante ao próximo, considerada uma possibilidade concreta de crescimento e de enriquecimento». E ainda: «De uma perspectiva missiológica, os fluxos migratórios contemporâneos constituem uma nova “fronteira” missionária, uma ocasião privilegiada para anunciar Jesus Cristo e o seu Evangelho sem se mover do próprio ambiente, para testemunhar concretamente a fé cristã na caridade e no respeito profundo pelas outras expressões religiosas. O encontro com migrantes e refugiados de outras confissões e religiões é um terreno fecundo para o desenvolvimento de um diálogo ecuménico e inter-religioso sincero e enriquecedor.»

Também a essa objeção, respondeu o Papa no discurso que deixou escrito quando visitou a Universidade *Roma Tre*, em 17 de fevereiro passado: «Considerando que a primeira ameaça à cultura cristã da Europa vem precisamente do seio da Europa, o fechamento em si mesmos ou na própria cultura nunca é a solução para voltar a dar esperança e realizar uma renovação social e cultural. Uma cultura consolida-se através da abertura e do confronto com as outras culturas, desde que haja uma consciência clara e madura dos próprios princípios e valores».

Na verdade, a perda da identidade cristã da Europa vem da sua própria infidelidade, não de uma qualquer “invasão”. E uma cultura forte não se perde no contacto com outras, antes com este se consolida e enriquece. Importante é que haja «uma consciência clara e madura dos próprios princípios e valores».

Num recente encontro, organizado pela COMECE (Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia), sobre o contributo dos cristãos para o projeto europeu (onde estive presente), o Papa voltou a falar dos desafios das migrações:

«É responsabilidade comum dos dirigentes europeus favorecer uma Europa que seja uma comunidade *inclusiva*, livre de um mal-entendido de fundo: inclusão não é sinónimo de nivelamento indiferenciado. Pelo contrário, somos verdadeiramente inclusivos quando sabemos valorizar as diferenças, assumindo-as como património comum e enriquecedor. Nesta perspetiva, os migrantes são um recurso, mais do que um peso. Os cristãos são chamados a meditar seriamente na afirmação de Jesus: “Eu era forasteiro e vós recebestes-me” (*Mt 25,35*). Sobretudo diante do drama dos refugiados, não podemos esquecer o facto de estarmos perante pessoas, as quais não podem ser escolhidas ou descartadas a seu bel prazer, segundo lógicas políticas, económicas ou até religiosas.» (não se justifica, pois, um tratamento diferenciado de refugiados cristãos ou muçulmanos).

«Todavia, isto não é contrário ao dever que recai sobre qualquer autoridade de governo de gerir a questão migratória “com a virtude própria do governante, isto é, a prudência”, que deve ter em conta quer a necessidade de ter um coração aberto, quer a possibilidade de integrar plenamente aqueles que chegam aos países no plano social, económico e político. Não pode pensar-se no fenómeno migratório como um processo indiscriminado e sem regras, mas também não podem erguer-se muros de indiferença ou de medo. Pela sua parte, os próprios migrantes não devem descurar o grave ónus de conhecer, respeitar e até assimilar a cultura e as tradições da nação que os acolhe».

Nestas palavras, vemos a resposta a acusações de irrealismo, como se a posição do Papa fosse de total e irresponsável abolição de fronteiras; assim como a demarcação de um multiculturalismo que conduza ao isolamento das várias comunidades de migrantes: «Não pode pensar-se no fenómeno migratório como um processo indiscriminado e sem regras, mas também não podem erguer-se muros de indiferença ou de medo. Pela sua parte, os próprios migrantes não devem descurar o grave ónus de conhecer, respeitar e até assimilar a cultura e as tradições da nação que os acolhe».

Da solicitude do Papa Francisco para com os refugiados e imigrantes fazem-se eco, entre nós, iniciativas como a campanha internacional da Cáritas *Partilhar a Viagem*, lançada a 27 de setembro e projetada para dois anos, que pretende aproximar migrantes e refugiados das comunidades locais e que me parece importante aqui destacar. E há a destacar, também como eco dessa solicitude do Papa, as iniciativas levadas a cabo pelo FORCIM, Fórum das Organização Católica para a Imigração, de que a Comissão Nacional Justiça e Paz faz parte.

Para nos falar desta temática das migrações, pareceu-nos que a pessoa indicada seria o Dr. Rui Marques, a quem agradeço por ter aceite com prontidão o convite que lhe dirigimos. Digo que é a pessoa indicada pela reflexão que tem feito, mas sobretudo pelo trabalho que tem feito já há longos anos. Recordo-me muito bem, já lá vão uns quinze anos, quando o Dr. Rui Marques (desempenhava, então, funções como Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas) foi convidado a falar sobre este tema na assembleia das Comissões Justiça e Paz europeias que se realizou aqui em Lisboa (eu era, então, vogal da Comissão Nacional Justiça e Paz há pouco tempo).

Deixou em todos os presentes uma ótima impressão, pela consonância com os princípios cristãos que guiavam essa assembleia e a vontade de os levar à prática no contexto tão complexo e difícil da atividade política, de forma pragmática mas coerente. Mais recentemente, ao trabalho do Dr. Rui Marques muito fica a dever a iniciativa e acção da Plataforma de Apoio aos Refugiados, que foi distinguida com o prémio do Cidadão Europeu atribuído pelo Parlamento Europeu a pessoas e organizações que se destaquem pelo trabalho em prol da integração europeia e o entendimento entre os povos.

Esta nossa conferência será, providencialmente (pois tal não fazia parte dos nossos planos iniciais), ocasião da apresentação de um estudo da responsabilidade da Fundação Fé e Cooperação (FEC) sobre *Migrações e Desenvolvimento*, um estudo de grande qualidade e muito completo, que terão oportunidade de conhecer melhor ainda durante a parte do programa da manhã.

De tarde, ouviremos testemunhos de acolhimento de refugiados em Portugal e para tal convidámos Joana Rigato, do GRAAL (e minha anterior colega na Comissão Nacional Justiça e Paz) e a Irmã Maria Manoel, das Escravas do Sagrado Coração de Jesus. O painel será moderado por Teresa Vasconcelos, vogal da Comissão Nacional Justiça e Paz. A todas agradeço vivamente.

Seguir-se-á um painel sobre o diálogo inter-religioso, intitulado “*As religiões e a paz – parte do problema ou parte da solução?*”. As migrações vêm dar grande relevo à questão da convivência e do diálogo entre pessoas de diferentes religiões. Para este painel, convidámos a Dr^a Esther Muznick (que, infelizmente, por arzóes imprevistas, não poderá estar presente), o Sheik David Munir e o Prof. Borges de Pinho. O painel será moderado por Graça Franco, também vogal da Comissão Nacional Justiça e Paz. A todos agradeço vivamente

Queremos deixar espaço, em qualquer destes momentos, para o diálogo e a participação da assembleia.

Dou agora a palavra ao Sr Cardeal Patriarca, a quem reitero os meus agradecimentos

Lisboa, 25 de novembro de 2017

Pedro Vaz Patto